

1 de Noviembre de 2011

Brasil – Valor Econômico

Diminui peso de EUA e UE na venda de bens industriais

Por Marta Watanabe | De São Paulo - O desaquecimento das economias dos Estados Unidos e da União Europeia (UE) fez as duas regiões perderem mais participação na exportação brasileira de manufaturados. O Brasil deve bater recorde de exportação total tanto para os europeus quanto para os americanos este ano. Essas vendas, porém, devem crescer menos que a média total. De janeiro a setembro de 2011, a UE respondeu por 19,04% da venda brasileira de manufaturados ao exterior. Nos nove primeiros meses do ano passado a fatia foi de 19,79%. No mesmo período, a fatia dos Estados Unidos recuou de 13,2% para 12,3%.

Os europeus não perderam espaço somente nos manufaturados, mas também nos básicos. De janeiro a setembro do ano passado, a UE absorvia 23,2% da venda brasileira de básicos ao exterior. No mesmo período deste ano, a fatia caiu para 22,5%, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os americanos mantiveram estável sua fatia nos básicos brasileiros vendidos ao exterior, com participação nos dois períodos de 6,8%. Juntos, os básicos e os manufaturados correspondem a 83,8%. O restante são semimanufaturados.

As vendas de manufaturados para a zona do euro cresceram 14,5% de janeiro a setembro de 2011, na comparação com o mesmo período do ano passado. A exportação para os Estados Unidos na mesma classe de produtos cresceu 11,3%. O desempenho das duas regiões, porém, ficou abaixo da elevação média de 19% do embarque total de manufaturados.

Enquanto os europeus e americanos perderam espaço na compra de manufaturados brasileiros, os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) avançaram. A fatia do bloco na venda de manufaturados do Brasil ao exterior aumentou de 25,3% para 27,3%. Os sócios do Mercosul compraram 28,3% a mais de manufaturados brasileiros de janeiro a

1 de Noviembre de 2011

setembro deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. Na exportação brasileira de básicos, a China puxa o bloco asiático, que ampliou sua fatia de 45,8% para 47,5%.

"A perda de participação dos Estados Unidos e da União Europeia se deve ao menor crescimento econômico dessas regiões, o que afeta principalmente a demanda por manufaturados", diz Rafael Bistafa, economista da Rosenberg & Associados. "Já o avanço da Ásia nos básicos se deve à demanda da China e também do Japão, embora em menor escala, de produtos como o minério de ferro, que ganhou representatividade na exportação brasileira por conta da elevação de preço", diz. Nos primeiros nove meses deste ano, a venda de minério de ferro ao exterior chegou a US\$ 30,6 bilhões, um aumento de 58,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação do produto na exportação brasileira saltou de 13,3% para 16,1%.

Sílvio Campos Neto, economista da Tendências Consultoria, acredita que a tendência de queda de participação dos europeus nas exportações brasileiras, seja em básicos ou manufaturados, deve se acentuar no ano que vem. Ao mesmo tempo, os asiáticos, devem ganhar espaço.

"A China vai desacelerar, mas mesmo assim vai crescer bem acima da média do mercado internacional", diz Campos Neto. Segundo estimativas da Tendências, o país asiático deve crescer 9,2% neste ano. Para o ano que vem a expectativa é de 8,7%. Para os Estados Unidos, a expectativa é de crescimento em 2012 é maior que o deste ano, mas em ritmo bem menor. A consultoria estima crescimento de 1,5% em 2011 e 1,8% para o próximo ano. A tendência de ganho dos asiáticos em relação aos Estados Unidos e aos europeus, portanto, deve ser mantida em 2012, diz Campos Neto.

O cenário de exportação de manufaturados é mais nebuloso, devido às perspectivas para os europeus e para os argentinos, que contribuíram bastante em 2011 para o avanço dos países do Mercosul na exportação brasileira. "O cenário argentino começa a mudar, o que deve levar a um

1 de Noviembre de 2011

crescimento mais lento no ano que vem. Isso, ao lado da propensão do país em adotar medidas protecionistas, deve dificultar o crescimento das vendas brasileiros ao país", acredita Campos Neto. Este ano, diz, a Argentina deve crescer 6%. Em 2012, porém, a previsão é 4%. Para os europeus há expectativa também é de desaceleração, com crescimento de 1% neste ano e 0,8% em 2012.

Como resultado desse movimento, diz ele, a exportação de manufaturados vai perder ainda mais espaço para os básicos, cuja participação na pauta brasileira passou de 44,7% de janeiro a setembro de 2010 para 47,9% este ano. "A desaceleração nos Estados Unidos e na União Europeia ajudará a acentuar essa tendência de exportar mais matéria-prima aos asiáticos e menos manufaturados de maior valor agregado para as regiões mais desenvolvidas", acrescenta Fábio Silveira, sócio da RC Consultores.

"A economia Europeia já esfriou mais um pouco e no ano que vem deve esfriar mais ainda", diz Silveira. Em conjunto com a desaceleração da China e a lenta recuperação americana, ele acredita que o valor exportado pelo Brasil no ano que vem será menor do que o de 2011. Com estimativa de embarques de US\$ 250 bilhões neste ano, Silveira acredita que o Brasil venderá ao exterior cerca de US\$ 240 bilhões no próximo ano. A queda, diz, será mais influenciada pela redução de preços do que de volume. Com isso, o superávit deve cair para cerca de US\$ 20 bilhões em 2012 - para este ano ele prevê US\$ 30 bilhões.

Brasil – Valor Econômico

Brasil evita crítica e vê medida como "emergencial"

Por Sergio Leo | De Brasília - As medidas decretadas pelo governo argentino para controlar a movimentação do mercado de câmbio são vistas no governo brasileiro como emergenciais, provocadas pelo grande

1 de Noviembre de 2011

fluxo de saída de dólares, mas contraproducentes no médio prazo, por deteriorar a credibilidade do país com os agentes econômicos. Ainda não há, porém, nenhum sinal de alarme na diplomacia ou na equipe econômica em relação à economia do país vizinho. O que há é crescente irritação entre técnicos e diplomatas com a continuidade das barreiras aos produtos brasileiros nas alfândegas.

Em conversas reservadas, autoridades econômicas dizem que querem evitar críticas ao governo recém-eleito de Cristina Kirchner, e que há uma expectativa de maior diálogo até o fim do ano, quando o governo brasileiro pretende promover uma reunião de ministros de Finanças dos países da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). A reunião ministerial foi uma proposta feita em setembro pelo presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, à presidente Dilma Rousseff, que encarregou o ministro da Fazenda, Guido Mantega de organizar o encontro.

A intenção do presidente colombiano era coordenar as propostas da América do Sul para a crise financeira, antes da reunião nesta semana, em Cannes, do G-20 - o grupo dos países mais influentes na economia mundial, ao qual pertencem Brasil e Argentina. Ele argumentou com Dilma que seria importante evitar medidas unilaterais e o risco de ações contraditórias no continente. Numa mostra das dificuldades da tarefa, foi frustrada a ideia de Santos, e o governo brasileiro agora tentará realizar o encontro logo após a reunião de Cannes.

Não é muito ágil, porém, o contato entre os ministérios da Fazenda no Brasil e o da Economia na Argentina - as medidas no país vizinho foram uma surpresa para o governo brasileiro. A coordenação das políticas econômicas também enfrenta ceticismo por parte de autoridades da equipe brasileira, que não é unânime no esforço para buscar um ponto de encontro com a gestão econômica do país vizinho.

O risco de mudanças bruscas na taxa de câmbio do Brasil, porém, pode afetar as exportações de manufaturas argentinas, que têm no país seu

1 de Noviembre de 2011

principal mercado. Esse aspecto é lembrado no Itamaraty como argumento para evitar saídas individuais da crise.

Também em deterioração estão as relações no campo comercial - o que torna evidente o impacto das preocupações com as contas externas sobre as transações de comércio na Argentina. Técnicos se queixam de promessas de liberação não cumpridas pelos argentinos, com quem os brasileiros têm contato frequente para discutir problemas de exportadores na fronteira, alguns com mercadorias retidas há mais de 60 dias - prazo máximo permitido pela Organização Mundial de Comércio para emissão de autorizações de importação.

Na semana passada, o Brasil ampliou a lista de produtos também sujeitos a licenças não automáticas e retenção na fronteira vindos da Argentina, com a inclusão de pêssegos.

Havia em Brasília a expectativa de que, após as eleições argentinas, realizadas há pouco mais de uma semana, se abririam negociações para solucionar as dificuldades no trânsito de mercadorias entre os dois principais sócios do Mercosul. A resposta de Buenos Aires, porém, foi negativa, até agora. Os argentinos argumentam que não têm como mudar seus procedimentos comerciais - claramente ditados também pela necessidade de evitar sangria de dólares no país.

Os brasileiros reconhecem que, até agora, têm tido mais benefícios que prejuízos na relação com a Argentina, país com quem o Brasil mantém um superávit crescente, que pode ultrapassar US\$ 8 bilhões neste ano. Há porém danos localizados, em setores importantes como os de calçados, doces e confeitos e máquinas agrícolas. Irritados, os empresários desses setores têm cobrado do governo brasileiro ação mais enérgica contra os vizinhos.

O entendimento, em Brasília, de que as ações recentes do governo argentino são provocadas em grande medida pelo constrangimento nas contas externas do país tem detido o governo brasileiro, que não quer ser

1 de Noviembre de 2011

acusado de contribuir para o agravamento da instabilidade no país vizinho.

Paraguay – ABC Color

Piden trasponer frontera de buenos deseos en Cumbre. PRONUNCIAMIENTO DE PARAGUAYOS DEL PARLASUR

Las declaraciones emitidas en la Cumbre Iberoamericana generalmente no trasponen las fronteras de los buenos deseos, dado que la observancia exacta de sus términos reside en la buena voluntad de los actores involucrados, ingrediente básico, pero evasivo cuando una o varias de las partes signatarias vislumbran menoscabos auténticos o ficticios para sus intereses y expectativas y suscriben las documentaciones por mera gentileza protocolar y compostura diplomática, expresa un pronunciamiento de la delegación paraguaya del Parlamento del Mercosur.

El parlasuriano Alfonso González Núñez, titular de la delegación, dice que coherentemente es escéptico, pero que estará alerta a las providencias que se acojan para el fiel cumplimiento de la declaración final de Asunción. Específicamente hará un meticuloso seguimiento del numeral 52, que reconoce la situación especial de Paraguay como país en desarrollo sin litoral marítimo. También se compromete a otorgarle el apoyo necesario para la superación de sus vulnerabilidades, facilitándole el libre tránsito, de conformidad con las reglas del derecho y convenios internacionales, y los convenios bilaterales vigentes.

Agrega que denunciarán, sin retaceos, la omisión o desprecio deliberados de la señalada estipulación, que apunta manifiestamente a los gobiernos de Argentina y Brasil, "los eternos opresores de la integración regional, cuyas presidencias fulguraron con sus ausencias en la conferencia de

1 de Noviembre de 2011

mandatarios, previendo la serie de reclamos que les aguardaban en Paraguay".

"Creemos y confiamos en la redención del hombre social contaminado por los gérmenes de la avaricia y la arrogancia autocrática, motivo por el que formulamos fervientes votos para que las conclusiones de la Cumbre no se constituyan en decorativos facsímiles", dice.

Paraguay – ABC Color

Crisis favorece progreso del tratado Mercosur-UE

MONTEVIDEO. El agravamiento de la crisis mundial es un factor que juega a favor del progreso en las negociaciones del tratado de asociación estratégica que desde hace años negocian el Mercosur y la Unión Europea, afirmó en Uruguay el eurodiputado socialista español Luis Yáñez.

por EFE

Según Yáñez el escenario actual "influye positivamente" porque es mejor que "cuando se reinició la negociación en mayo de 2010 en Madrid, con crisis pero no con crisis de deuda en Europa".

"Si entonces la mayoría de los actores lo veían como una iniciativa necesaria, ahora mucho más porque Europa lo que necesita es exportar más para poder inyectar crecimiento a su economía", agregó el política del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) El eurodiputado recordó que con el acuerdo se le abre a Europa un mercado de 250 millones de personas, en el que además encontraría socios "que no están con una crisis tan abierta" pero "de ninguna manera están triunfalistas" y necesitan aumentar sus intercambios comerciales.

Yáñez se encuentra en Montevideo como presidente de la Delegación del Parlamento Europeo para el Mercosur, el bloque que componen Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, y esta semana sostendrá reuniones

1 de Noviembre de 2011

con integrantes del Parlasur, el legislativo del bloque sudamericano. Uruguay ostenta la presidencia semestral del grupo y la semana que viene albergará la séptima ronda de negociaciones con Europa para avanzar en el acuerdo de asociación, que está estancadas desde el año 2004 pese a que el año pasado hubo intentos de revitalizarlas aprovechando la presidencia española del bloque europeo.

El eurodiputado reconoció que esa próxima ronda "no va a dar grandes titulares pero los negociadores van avanzando de una manera adecuada" y recordó que "se trata de un tratado de una enorme complejidad y unas dimensiones impresionantes", pues abarca un espacio de 800 millones de personas. Para Yáñez "el horizonte de esta negociación es julio de 2012, cuando se celebre en Chile la cumbre Unión Europea-América Latina y el Caribe". Allí, "los negociadores y jefes de Estado de ambas regiones están contemplando que o bien esté todo preparado para el intercambio de ofertas de apertura de mercado en el terreno comercial o sino, como mínimo, una declaración fuerte de un compromiso mutuo de terminar la negociación antes de final de 2012", detalló.

Esa cumbre llegará en un momento propicio porque se producirá justo un mes después de que Francia, uno de los países que más objeciones tiene al tratado por su defensa del sector agrícola nacional, haya celebrado elecciones presidenciales. Aunque Yáñez dijo que los resultados de los comicios no van a tener trascendencia en principio en la posición del país, se congratuló por que las objeciones en el país galo "van disminuyendo por razones de mercado".

"Francia es una potencia agrícola ganadera, pero también los son, y muy competitivas, Brasil y Argentina, pero a su vez a Francia le interesa la apertura de los mercados mercosurianos en el terreno de la tecnología, la industria y los servicios ", argumentó.

Uruguay – La República

1 de Noviembre de 2011

**Dólar: descartan impacto en Uruguay de medidas argentinas.
CONVENIO. GOBIERNO QUIERE ACORDAR CON EL MERCOSUR**

El ministro de Economía, Fernando Lorenzo, descartó que las medidas adoptadas por Argentina de control de divisas puedan afectar a nuestro país.

Ayer comenzó a regir el control de la venta de divisas en Argentina. El ministro de Economía fue consultado sobre eventuales efectos para nuestro país. Lorenzo consideró que en principio "ninguna de las medidas que adoptó Argentina de control de cambio tiene efectos directos".

Consideró que "lo que puede provocar son cambios en las condiciones de acceso a la divisa para la población argentina y eso habrá que ir viendo de qué manera puede estar afectando algún tipo de relación económica con nuestro país". Expresó su esperanza de que esas nuevas condiciones de acceso a las divisas en el mercado argentino "no terminen perjudicando ninguna de las operativas comerciales o de servicios que Uruguay le presta a los argentinos". En cuanto a las versiones de que un acuerdo con ese país para intercambiar información tributaria podría ahuyentar inversiones, el ministro destacó que Uruguay es muy respetuoso del secreto tributario. Aclaró que desea un convenio de intercambio de información con todo el Mercosur y recordó que nuestro país está firmando convenios de ese tipo con varios países.

Precisamente una de las exigencias de la OCDE para sacar a nuestro país de una lista de naciones con poca transparencia, fue la de acordar convenios de intercambio de información tributaria.

"Uruguay ha estado suscribiendo acuerdos para eliminar la doble tributación e intercambio de información con múltiples países y obviamente que esa cooperación se extiende al ámbito regional", subrayó.

"Son realidades globales a las cuales todos los países se van a tener que ir ajustando y no creo que puedan tener efectos negativos de entidad. Ello

1 de Noviembre de 2011

puede provocar en algún momento cierta incertidumbre, pero quiero transmitirle tranquilidad a los uruguayos o a cualquiera que mire hacia nuestro país, que Uruguay va manejar estos temas como todos los temas financieros y tributarios, con seriedad".

Por otra parte el ministro señaló que el marco jurídico interno se ha ido modificando para preparar al país para hacer parte de la cooperación internacional. Recordó que las modificaciones a las normativas del secreto bancario ya preveían la posibilidad de que, ante requerimientos de información tributaria de países con los que tenemos acuerdos, la misma se haría efectiva. Aclaró que ello será "siempre en el marco de vigencia del secreto tributario".

Por otra parte, el ministro de Economía señaló que se sigue con atención la situación de algunos países de Europa y que espera conocer a la brevedad las políticas que se adopten para superar la crisis fiscal y financiera, y sus resultados.

Uruguay – El Observador

Firman con todo el Mercosur

El ministro Fernando Lorenzo (Economía) es partidario de que un eventual acuerdo de intercambio de información tributaria con Argentina se firme con todo el Mercosur y no en forma bilateral. El jerarca señaló a El Observador que Uruguay siempre fue parte de los procesos de cooperación internacional. "Obviamente las instancias de cooperación se extienden al ámbito regional. No creemos que estas realidades que son globales a las que todos los países se deberán ir ajustando puedan tener repercusiones directas negativas de entidad en Uruguay. Puede provocar cierta incertidumbre pero yo le quisiera dar tranquilidad, que el tema se va a manejar con seriedad y mucho cuidado" afirmó a la prensa.

1 de Noviembre de 2011

Uruguay – Últimas Noticias

Bolivia detectó autos robados de Brasil y Chile Devolución de vehículos requiere de un trámite de tres meses

La aduana boliviana reveló que el Programa de Saneamiento Legal de Vehículos detectó 8.000 autos robados, de los cuales 2.500 son de Chile y 1.600 de Brasil. Una vez que se hayan confiscado estas unidades, el proceso de devolución tomará al menos tres meses.

Según los datos de la Aduana Nacional de Bolivia (ANB), de 128.059 vehículos registrados en el Programa de Saneamiento Legal de Vehículos, 8.000 fueron identificados como robados en diferentes países de la región. La cifra representa el 6,24% del total de los coches registrados.

"El 20% del total de vehículos robados tienen origen brasileño (1.600). La cantidad más grande (de unidades robadas) es de Chile; estaríamos hablando de que, de los 8.000, unos 2.000 a 2.500" son de ese país, señaló la presidenta de la ANB, Marlene Ardaya.

La identificación de los coches reportados en sus respectivos países como robados fue posible mediante el cruce de información con la base de datos proporcionada por los gobiernos de Argentina, Perú, Chile y Brasil.

El 12 de agosto, el diario chileno El Mercurio informó de que el Servicio de Encargo y Búsqueda de Vehículos (SEBV) de Carabineros de Chile envió a la ANB una lista de 1.496 coches robados en su territorio que figuraban en el registro de nacionalización. Según el reporte, los especialistas contrastaron la información con los números de motor y chasis de la lista enviada por la ANB.

La mayor parte de estas unidades fue sustraída en el norte chileno en el período de 2007-2010. Entre los coches robados figuran hasta un micro.

Con respecto a Brasil, "el intercambio de información con ese país incluyó vehículos que fueron robados incluso en el año 1999", recordó Ardaya.

1 de Noviembre de 2011

Aunque aún no se devolvió ningún vehículo robado, las unidades identificadas serán rastreadas, retenidas y devueltas a sus propietarios en el marco de los convenios bilaterales vigentes como el del Mercosur.

Los convenios suscritos en el Mercosur establecen que la devolución de los coches puede ser efectuada a través de la vía judicial o la administrativa.

Sin embargo, dijo Ardaya, el proceso "se hará principalmente" a través de tribunales de justicia, según lo publicado por el diario boliviano La Razón.

El mecanismo principal por el que se harán las reposiciones establece que la Cancillería del país donde se perpetró el robo tiene que realizar una solicitud formal de devolución a la Cancillería y al Ministerio Público de Bolivia para que el motorizado sea repuesto a su propietario.

"Este proceso se realiza a través de un trámite largo que puede prolongarse de tres a cuatro meses", sostuvo la funcionaria.

Respecto a los avances del programa de Saneamiento Legal de Vehículos, Ardaya indicó que hasta el viernes la Aduana había alcanzado el 76% de la meta.

Uruguay – El País

Drogas. Reunión de países del Mercosur

En el Edificio Mercosur se desarrolla la "Reunión especializada de autoridades de aplicación en materia de drogas, prevención de su uso indebido y rehabilitación de drogodependientes del Mercosur". Empezó ayer, hoy aprobarán el acta de la Comisión Técnica de Reducción de la Demanda y la de la Comisión Técnica de Reducción de la Oferta.

1 de Noviembre de 2011

Uruguay – El País

Descartan efecto negativo por OCDE Lo dice el MEF; la oposición critica los "deberes

"Quisiera dar tranquilidad a los uruguayos y a cualquiera que mire hacia nuestro país respecto a que se van a manejar estos temas con seriedad y mucho cuidado". Ese fue el mensaje que transmitió ayer el ministro de Economía Fernando Lorenzo a raíz del anuncio de que se buscará un acuerdo de intercambio de datos con los países del Mercosur.

Dijo que "evidentemente puede provocar cierta incertidumbre" pero "no creemos que este tipo de realidades, que son globales y a las cuales todos los países se van a tener que ir ajustando, puedan tener repercusiones directas negativas de entidad".

El ministro será llamado a la comisión de Hacienda del Senado a dar explicaciones sobre las exigencias de la OCDE y los anuncios del gobierno ante un planteo del senador de Unidad Nacional, Gustavo Penadés.

"Tenemos que terminar con este tema de que acá somos los nenes malos de la película cuando todos estos señores amigos de (el extinto líder libio Muammar) Gadafi y (el líder egipcio Hosni) Mubarak hicieron crujir al mundo y ahora" colocan a "Uruguay en una lista gris; ¿en qué lista los vamos a poner a todos estos fariseos?", afirmó el senador de Alianza Nacional Sergio Abreu. "Uruguay tiene que tener un límite, hay que tener dignidad nacional. Yo no estoy dispuesto a hacer los deberes que nos mandan quienes son responsables de una crisis internacional y de quienes son los responsables de muchas de las dificultades que tenemos en el Mercosur como son Argentina y Brasil", agregó.

Según Lorenzo, Uruguay "tiene una firma vocación de ser parte de la cooperación internacional" por lo que la idea del gobierno es "aprovechar estas circunstancias en las cuales tenemos que ampliar nuestra



PARLAMENTO DO MERCOSUL
PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Secretaria de Relações Institucionais e Comunicação Social
Secretaria de Relaciones Institucionales y Comunicación Social



1 de Noviembre de 2011

cooperación con distintos países" y "hacer un acuerdo que abarque todo el Mercosur".